

Relatos de experiências

EDITOR DE REVISTAS CIENTÍFICAS: RELATO DE UM INTERMINÁVEL APRENDIZADO¹

Manoel Tosta Berlinck

Resumo: Este artigo apresenta um relato sobre o interminável aprendizado para ser editor de revista científica e narra a trajetória dessa formação. Procura, assim, colocar em palavras uma complexa e longa vivência, transformando-a numa experiência, ou seja, num conhecimento socialmente compartilhado. Conclui com a observação de que, nos próximos anos, os problemas éticos de pesquisa e publicação ocuparão boa parte do trabalho dos editores de revistas científicas e seria muito bom se estes se preparassem para esse grande debate.

Palavras-chave: Editores científicos. Revista científica. Vivência. Experiência.

Quando se assume o cargo de editor ocorre o início de um interminável aprendizado. Minha formação como editor começou quando aceitei a responsabilidade de dirigir a revista *Sociologia*, em 1961. Essa revista era muito conhecida entre os cientistas sociais. Porém, encontrava-se desgastada: seu aspecto era bastante convencional, os artigos publicados eram predominantemente de professores da instituição que publicava a revista – a Fundação Escola de Sociologia e Política de São

1 Este trabalho não contou com qualquer apoio institucional e é de inteira responsabilidade do autor. O autor agradece a leitura cuidadosa e as sugestões feitas pela Profa. Dra. Ana Cecília Magtaz.

Paulo – e eram, frequentemente, sem muito interesse, repetitivos e sobre temas pouco estimulantes. Tal fato decorria do pequeno número de autores que se viam obrigados a escrever para sustentar a revista e não pela sua inquestionável qualidade de cientistas. Tratava-se, portanto, de recuperar o interesse sobre uma revista de muito prestígio, que tinha um conteúdo um tanto convencional e repetitivo, além de ser endógena.

A missão – nada fácil – era a de restaurar a relevância científica de *Sociologia* junto à comunidade brasileira de ciências sociais, que passava, naquele momento, por profundas modificações. Era necessário torná-la porta-voz das tendências emergentes na sociologia do Brasil e do mundo, pois só assim ela voltaria a ter a importância do passado.

Aprendi, então, que uma revista científica não pode ser inteiramente fiel à instituição onde é publicada. Sua fidelidade deve ser à ciência que representa. Em outras palavras, o periódico deve ser porta-voz de sua missão, e não da instituição. Para isso, o editor precisa se voltar para o mundo. Ora, essa exigência gera, muitas vezes, conflitos de interesses entre a instituição publicadora e a missão científica do periódico, provocando dificuldades para o exercício da editoria e acabando por diminuir o âmbito de abrangência da revista.

Esse conflito de interesses talvez seja a maior dificuldade enfrentada pelo editor. Ele deve fidelidade à instituição que o designa e mantém ou à ciência representada pela revista? Quando essa contradição for radicalizada, o editor corre o risco de perder o cargo.

Esse conflito se manifestou enquanto fui editor de *Sociologia* e a solução encontrada foi política, ou seja, aprendi que o cargo de editor possui estreitos limites de liberdade e seu ocupante precisa estar sempre pronto a lançar mão da retórica como recurso para sua liberdade. Uma revista não se faz no plano do ideal e, comumente, os ideais do editor prejudicam a revista. Como ela é uma formação social, sua dinâmica é frequentemente conflituosa e o editor precisa se dedicar à administração dos conflitos emergentes.

A alteração do aspecto gráfico de *Sociologia* foi a primeira providência tomada. Aprendi, assim, que uma revista científica precisa ser atraente, com capa e miolo bem cuidados, dos pontos de vista gráfico e estético. O público leitor não é atraído só pelo conteúdo de uma revista. Se o aspecto não for atraente, o leitor sofre certo desinteresse, que o afasta do objeto. O cuidado gráfico, um aspecto complexo da edição que envolve os tipos gráficos utilizados, a mancha gráfica, o espaço entre as palavras, a revisão dos textos, etc., é indispensável, pois ele revela o cuidado que se atribui à revista. Uma revista científica precisa ter uma capa atraente e moderna, contendo ousadia estética, pois todo periódico científico deve almejar a revelação do novo, próprio do conhecimento. Uma

revista com aspecto convencional aponta para um conteúdo convencional, repetitivo e, portanto, sem interesse científico.

Depois de ter aprimorado o aspecto da revista, seu conteúdo começou a ser alterado. Isso ocorreu através de convites realizados a cientistas nacionais e internacionais, que enviaram artigos interessantes e relevantes. Aprendi, assim, que um editor deve estar sempre muito atento aos assuntos que ocupam os pesquisadores e deve tomar a iniciativa de convidar autores a publicar artigos. Além disso, deve estimular a publicação de resenhas de livros. Precisa, portanto, acompanhar de perto a produção da área de interesse da revista. Em poucas palavras, um editor precisa estar sempre antenado e pronto para tomar iniciativas que assegurem a qualidade dos artigos e a relevância da revista.

Aprendi também que nem sempre uma revista científica deve publicar só artigos inéditos. Há textos marcantes publicados em outras línguas, merecendo ser publicados em português, numa tradução competente. É claro que tais artigos não devem prejudicar a publicação de trabalhos inéditos. Mas essa pode ser uma importante maneira de tornar acessíveis textos que podem revelar a natureza inovadora do conhecimento científico.

Uma revista científica não deve ser passiva e ficar aguardando que chegue à redação artigos e resenhas. O editor precisa ser dinâmico e corajoso e, principalmente, deve ser capaz de reunir ao seu lado uma série de autores interessados na publicação. Ele não deve fazer um convite genérico para quem deseja publicar um artigo. Deve ser claro e preciso e se dirigir ao interesse específico de cada autor.

Além disso, o editor precisa estar atento ao contraditório.

Uma revista científica publicando somente um ponto de vista corre o risco de se tornar monótona e pouco confiável, pois o conhecimento contém, sempre, o contraditório. Um bom editor, portanto, não deve ser sectário e unilateral. Deve respeitar, é claro, os limites definidos pela missão da revista. Precisa, também, levar em conta a instituição publicadora e aqueles que prestam serviços ao periódico. Porém, deve ter a sensibilidade para acolher artigos que nem sempre representem seu ponto de vista. Artigos de qualidade que contradigam o seu conhecimento são muitas vezes de enorme importância para a revista, pois ela, por ser científica, deve ser aberta e arejada e passar essas características para o leitor e os autores. O editor deve, enfim, ter abertura suficiente para acolher o contraditório sem descuidar da qualidade dos artigos. Foi assim que a revista *Sociologia* deixou, nesse período, de publicar somente artigos de professores da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e passou a dar espaço para cientistas sociais do Brasil e do mundo.

Com a publicação de artigos de interesse, a revista passou a receber mais artigos e passou a ter um estoque para números vindouros, sonho de qualquer editor. A existência do estoque permite a reescritura

de aspectos dos artigos recebidos e a possibilidade da recusa de artigos. O estoque é, pois, um valioso instrumento para a melhoria do nível científico.

Foi necessário cuidar, então, da distribuição e da divulgação. Já naquela época era bastante clara a necessidade de fazer chegar a revista a leitores que pudessem utilizar o conteúdo em suas pesquisas. Além disso, era necessário que fosse acessível ao público em geral. Finalmente, mas não menos importante, *Sociologia* tinha que ser mantida por receita gerada por ela. Naquela época, as agências de fomento estavam iniciando suas atividades. O CNPq só financiava projetos de ciências exatas. Começou a conceder auxílios para projetos de ciências humanas por volta de 1968. A CAPES dedicava-se inteiramente à concessão de bolsas de estudo, visando o aperfeiçoamento do pessoal de nível superior. A FAPESP iniciava suas atividades em 1962 e se empenhava em conceder bolsas e auxílios à pesquisa.

Aprendi, assim, que o editor precisa cuidar do custo e da receita financeira do periódico que dirige, especialmente se ele estiver ligada a uma instituição não estatal.

A divulgação do periódico está intimamente relacionada ao que hoje se denomina fator de impacto. Essa não é uma questão simples para o periódico, para o editor e para o autor.

O fator de impacto é o principal indicador da relevância científica de um periódico, já que se baseia na frequência de citação dos artigos aí publicados. Para uma revista ter impacto é necessário a publicação de artigos relevantes, ou seja, artigos servindo para outras pesquisas e os escritos dela derivados. A relevância de artigos depende, por sua vez, de um público leitor composto por pesquisadores. Depende, assim, de um hábito de leitura.

Pesquisadores, por sua vez, possuem peculiares hábitos de leitura. Por exemplo, na psicanálise realizada no Brasil, grande número dos pesquisadores só leem e citam autores franceses. Ignoram, consciente ou inconscientemente, autores de outras nacionalidades, especialmente os brasileiros. A consequência desse hábito é o baixo fator de impacto de artigos nacionais, independentemente de sua qualidade científica. O periódico com baixo fator de impacto não tem relevância para a ciência e só continua a ser publicado porque conta com subsídio.

Cuidar do fator de impacto é um dever do editor e do corpo editorial da revista? Ou deve ser de responsabilidade da instituição publicadora? Ou, ainda, não deve ser uma preocupação dos que publicam o periódico? Por quanto tempo um periódico com fator de impacto zero deve ser publicado? Essas questões são particularmente relevantes para revistas subsidiadas com recursos públicos, ou seja, recursos gerados por contribuintes. Esses, por sua vez, têm o direito de exigir que os gastos realizados pelo Estado retornem, sob a forma de investimento, para o seu

bem-estar. Uma revista científica com fator de impacto zero contribui para o bem-estar do contribuinte?

É importante, nesse contexto, esclarecer que a ética é independente da moral. Em outras palavras, o objeto da ética não é a moral, mas a liberdade. A moral é uma razão que não leva em consideração a ética, mas os costumes. Quando uma decisão moral é tomada, a ética – a razão sobre os limites da liberdade – fica eliminada. Dito de outra forma, a moral é inimiga da ética, pois nela não há possibilidade de pensamento sobre os limites da liberdade, ou seja, os limites não são postos em questão. A ética, por se referir aos limites da liberdade, está sempre presente na existência do humano. Estabelecer os limites do fazer é sempre um exercício próprio da moral, dos costumes, ou seja, a moral é o sonho da liberdade controlada pelos costumes, contradição intrínseca à própria liberdade.

O encaminhamento de questões éticas não passa, portanto, pela moral, mas pelo pensamento e pela retórica. Pensar e conversar sobre diferenças e limites não é, definitivamente, parte dos costumes. Além disso, é bom lembrar que a imoralidade não é sinônimo de liberdade, mas de gozo. Assim, há questões éticas enquanto for possível um diálogo, uma conversa, uma prosa a respeito da compreensão serena, civilizada das controvérsias sobre os limites da liberdade. A discussão e a polêmica – formas de discurso baseadas em posições carentes de serenidade – não são adequadas à ética. Essa requer um discurso, uma linguagem serenamente racional, pois a liberdade é o núcleo duro da civilização. Assim, não é no berro, no piti, no chique, na autoridade, no recurso à violência e muito menos pela moral que se resolvem questões éticas.

Esse primeiro e muito rico aprendizado foi interrompido no primeiro semestre de 1964, quando ocorreu o golpe militar. Nesse momento – abril de 1964 – concluí o mestrado na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Bert L. Ellenbogen, professor visitante do Instituto de Estudos Rurais daquela instituição de ensino superior e recebi bolsa do *Latin-American Studies Program* da Universidade de Cornell, para realizar um Ph.D. nos Estados Unidos da América.

Parti para Ithaca, New York, em junho daquele ano e durante os quatro anos que morei naquela pequena e charmosa cidade observei a crescente preocupação dos professores com sua produção intelectual e o cuidado que dedicavam a ela. Tive a oportunidade, também, de escrever alguns artigos em coautoria com eles. Aprendi, então, que um artigo em coautoria exige um quase insano trabalho de escrita a quatro mãos. Meus professores nunca deixaram de intervir pesadamente na versão inicial apresentada por mim e sempre me estimularam a intervir no texto depois de suas intervenções. Um bom artigo, objeto de cuidadosa elaboração, requer um delicado e complexo trabalho descrito por Chico Buarque como “10% de inspiração e 90% de transpiração”. Além disso, os pro-

fessores eram muito cuidadosos na escolha da revista para a qual enviavam um artigo. Sabiam quais as revistas que possuíam missões congruentes com os artigos, pois só assim teriam chance de ser publicados, ou seja, um excelente artigo que não é congruente com a missão da revista não deve ser publicado por ela. Por outro lado, artigo em coautoria, se trabalhado por todos os autores, tem a probabilidade de ser um objeto mais preciso e complexo do que o escrito por um único autor. Porém, descobri muito mais tarde, que a coautoria pode ser motivo de fraude, em que nomes de autores são inseridos sem que tenham realizado qualquer contribuição.

Retornando desempregado ao Brasil em dezembro de 1968, poucos dias depois do Ato Institucional número 5 (AI5), fui estimulado pelo Prof. Dr. Luis Carlos Bresser Pereira a participar de um concurso para professores na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas e lá retomei o aprendizado quando assumi os cargos de diretor do Centro de Pesquisas e Publicações (CPP) e de editor da Revista de Administração de Empresas (RAE).

A RAE era uma revista de vasto prestígio e o desafio se constituía não só em manter esse prestígio, como em assegurar a contínua qualidade dos artigos. Havia aprendido, nos EUA, que a qualidade de uma revista científica dependia de consultores externos distantes da instituição publicadora. Surgia, nessa época, entre as revistas científicas de ciências sociais norte-americanas, os *peer reviewers*, que foram adquirindo crescente importância e gerando numerosos problemas. Esse procedimento foi adotado pela RAE e produziu uma evidente melhora na qualidade dos artigos publicados.

Aprendi, com esse procedimento, que um artigo só deve ser recusado em último caso. O comentarista externo deve abordar o artigo visando a melhoria de sua qualidade e precisa apontar todos os pontos considerados fracos. Deve, também, fornecer argumentos que justifiquem a fraqueza dos pontos. Mesmo que um comentarista externo, aproximando-se muito mais da posição de orientador e muito menos de crítico do artigo, recuse o artigo, o editor deve considerar cuidadosamente essa decisão. Consultores externos podem fazer comentários influenciados por sutis conflitos de interesses e o editor deve sempre estar muito atento para esse insidioso aspecto. Além disso, muitas vezes, um autor com boas ideias e/ou bons dados possui dificuldades com a escrita e uma cuidadosa orientação pode melhorar muito a qualidade do texto. O editor, por sua vez, é o responsável por essa decisão. Ele nem sempre deve obedecer à recomendação negativa do comentarista externo. Em outras palavras, o editor não deve transferir cegamente a responsabilidade pela publicação de um artigo ao consultor externo. Porém, deve ser muito cuidadoso com o comentário do consultor. Esse é um importante aliado, cujas contribuições devem ser cuidadosamente examinadas pelo editor. Um arti-

go, se bem orientado pelo consultor externo e pelo editor, pode sofrer diversas reescrituras. Autores devem, portanto, se dispor a rever seus artigos e a conversar com o editor.

Na RAE, o conflito de interesses mais evidente referia-se à distinção entre tecnologia e ciência.

Essa importante contradição entre conhecimento útil e sabedoria é difícil de ser formulada e compreendida. A Escola de Administração de Empresas da FGV é eminentemente tecnológica, voltada para a produção e a transmissão de técnicas de administração. Porém, como excelente instituição de ensino superior que é, reconhece que o conhecimento técnico, útil para intervenções na realidade, se não for acompanhado de uma sabedoria, pode ser desastroso. A ciência é uma sabedoria. O conhecimento útil, que se deriva da ciência, é tecnologia e não tem, por função, o pensar. O conhecimento técnico – o *how to do*, como dizem os norte-americanos – ainda que se derive de um conhecimento e o afete, não pretende o exercício do pensamento, especialmente quando esse é uma atividade voltada para a ética. Essa relação, entre tecnologia e ciência, é altamente problemática, contraditória e requer um interminável exercício de pensamento. Por exemplo, produzir, refinar e distribuir petróleo é um conhecimento tecnológico. O uso do petróleo, por sua vez, coloca questões éticas cada vez mais evidentes, pois se reconhece que pode ameaçar a liberdade última da espécie humana: a sua existência. A tecnologia é um conhecimento que não leva em conta a questão da liberdade. Ela é inteiramente voltada para o bem-estar material e, por isso, ignora as questões relativas ao mal-estar. Esse importante e contraditório debate foi democraticamente realizado durante os anos de trabalho na GV.

O rico aprendizado com a RAE foi interrompido em 1972, quando aceitei convite do Magnífico Reitor Zeferino Vaz para dirigir o nascente Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde trabalhei por 20 anos. Durante os quatro anos que dirigi o IFCH e no período subsequente de construção institucional não foi possível criar uma revista científica e, assim, o aprendizado editorial foi interrompido por longo tempo.

Em 1987 tomei a decisão de iniciar o processo de aposentadoria na UNICAMP e uma das consequências dessa decisão foi a criação da Editora Escuta e da Livraria Pulsional, com a concomitante criação da *Pulsional Revista de Psicanálise*.

Fui editor dessa importante revista por 20 anos e 200 números.

Ela foi criada, inicialmente, para ser uma publicação pluralista. Essa palavra, hoje muito desgastada, referia-se à possibilidade de revelar a natureza complexa e contraditória da psicanálise pós-freudiana e, especialmente, da psicanálise francesa. Naquele momento, psicanalistas não filiados à International Psychoanalytical Association (IPA) e à Associação Mundial de Psicanálise (AMP), a internacional lacaniana, tinham um es-

casso espaço para publicar e divulgar suas pesquisas e seus pensamentos. Ocorria, então, por questões político-ideológicas, um estreito limite da liberdade. *Pulsional Revista de Psicanálise* teve, por missão, preencher esse espaço, visando ampliar a liberdade da psicanálise.

Durante muito tempo ela foi publicada mensalmente. Em 2004, ela passou a ser publicada trimestralmente.

Editar uma revista mensal por 15 anos foi uma vivência intensa e muito enriquecedora.

A mudança ocorrida em 2004 visou dar um caráter científico àquela publicação. Como ela não pertencia a qualquer instituição de formação de psicanalistas, sua relevância passou a estar intimamente relacionada à crescente produção universitária. Assim, passou a publicar trabalhos relevantes tanto para a formação como para a pesquisa realizada hoje na universidade. Diferenças entre a formação psicanalítica voltada para a transmissão dos ideais contidos nesse ofício e a pesquisa universitária voltada para a prática psicanalítica possível é cada vez mais evidente. A universidade não ensina a ser psicanalista. Pesquisa as inúmeras práticas desse ofício no mundo, onde ser psicanalista é um enorme problema. A formação psicanalítica, por sua vez, depende de um famoso tripé: análise pessoal, supervisão e estudo. A universidade, por sua vez, pode contribuir para a formação através do estudo.

Aprendi muitas coisas importantes sendo editor de *Pulsional Revista de Psicanálise*. Esse aprendizado terminou em dezembro de 2009, quando encerrei a participação na sociedade da Editora e da Livraria. Esse aprendizado será objeto de outro escrito.

Entretanto, gostaria de notar algo até então não vivido: uma revista muda e pode até encerrar suas atividades. Ela é um objeto vivo, que vai se transformando, se alterando. Essa mudança não depende da vontade do editor. Ao contrário, o editor é que deve mudar com a revista. As transformações por que passa uma revista lhe dá um caráter animado, pois toda revista tem alma. Se ela deixa de mudar, ela morre, torna-se um corpo sem alma, sem movimento, sem vida. Por outro lado, muitas vezes essa mudança é dolorosa. Nem sempre o editor gosta de ver “sua” revista mudando. A missão de uma revista, por mais específica e clara que seja, sempre oferece espaço para ocorrências de alterações insuspeitadas pelo editor. Um editor precisa, então, se surpreender com a revista que edita. Se ela não causa surpresa no editor é porque está velha, morrendo, sem mudança, sem movimento.

Em fevereiro de 1995 criei o Laboratório de Psicopatologia Fundamental do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Ao final do II Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental, promovido por aquele grupo permanente de pesquisa, houve uma reunião criando a Rede Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental (RUPPF). Em 1998, a Rede

criou a *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental* e passei a ser seu editor. Em 2002, a Rede se transformou na Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental (AUPPF), sociedade científica internacional possuindo hoje (outubro de 2010) um quadro de 57 professores doutores de 23 universidades brasileiras e de universidades da Argentina, da Colômbia, do México, da França, da Inglaterra e de Portugal.

Nesses 15 anos, a educação superior no Brasil, a produção científica e a atividade de publicação sofreram uma verdadeira revolução científica, tecnológica, política e administrativa.

A partir de 1990, o PC (não o Partido Comunista, mas o *personal computer*) e a Internet tornam-se realidade no Brasil. Além disso, CAPES, CNPq e FAPs promoveram uma consistente e sistemática política de avaliação de Programas de Pós-Graduação, do ensino, da pesquisa e da publicação, realizando alterações de grande alcance na universidade brasileira. Por sua vez, houve uma gigantesca expansão do ensino superior, principalmente com a criação de inúmeras universidades particulares. Isso exigiu respostas da universidade pública, que é, hoje, minoritária no país. O sistema universitário brasileiro tornou-se, assim, mais amplo e complexo. Finalmente, o número de revistas científicas publicadas no Brasil e a produção de artigos aumentou muito.

A Internet instituiu um sistema de produção e divulgação do conhecimento nunca anteriormente sequer sonhado. A denominada "revolução internética" está apenas começando, mas já produziu avassaladoras mudanças de pontos de vista e de comportamentos. Hoje, tanto a Universidade como a editoria de periódicos científicos são instituições e comportamentos inteiramente inseridos na *www (world wide web)*. Essa gigantesca transformação no dia a dia do público universitário ainda está longe de ser compreendida. Fomos atingidos por um verdadeiro *tsunami* tecnológico e estamos tentando compreender e sobreviver nessa nova realidade altamente dinâmica e complexa.

O editor é, hoje, antes de tudo, um navegador virtual cuja realidade é tão ou mais misteriosa e complexa do que a vivida pelos grandes navegadores do século XVI. A Internet é, entre outras coisas, um vasto universo de informações e de relacionamentos alterando os conceitos de professor, estudante, pesquisador, autor e editor.

Colocar essa nova vivência editorial em palavras requereria um esforço de pesquisa e de pensamento, tarefas que ultrapassam em muito a finalidade dessa narrativa.

Entretanto, gostaria de realizar duas observações a esse respeito.

Em primeiro lugar, a Internet criou o mundo das publicações virtuais. Quais os limites impostos por esse meio eletrônico virtual às revistas científicas impressas?

Um crescente número de revistas impressas é reproduzido, atualmente, na Rede. Isso altera completamente o significado, o alcance e a

abrangência de seus artigos. Qualquer que seja a tiragem de uma revista científica impressa, ela produz um conhecimento, uma difusão e um alcance muito diferente, quando comparados com a Internet. Porém, não se pretende dizer, com isso, que revistas impressas irão desaparecer e só restarão revistas virtuais. O que está sendo lembrado, aqui, é um ensinamento encontrado nos escritos de Marshall McLuhan. O meio é a mensagem, ou seja, o meio impresso é mensagem cuja natureza é diferente da do meio virtual ou internético. Revistas impressas e revistas virtuais provavelmente continuarão, pois, a ter não só existência própria como geram conhecimentos distintos.

Os editores estão, assim, diante de uma nova realidade. Eles são, queiram ou não queiram, editores de duas revistas (a impressa e a virtual). Pensar essa condição é necessário, se o editor estiver interessado em entender o alcance das publicações que dirige.

Assim, por exemplo, a noção de periodicidade sofre evidente modificação. Uma revista científica *on-line* não precisa ter a mesma periodicidade da revista impressa, pois a noção de “unidade temporal” se dissolve na continuidade atemporal da Internet. Cada artigo pode ser inserido a qualquer momento e, portanto, a revista deixa de ser mensal, trimestral, etc.

Além disso, uma revista *on-line* pode ser consultada imediatamente por leitores espalhados pelo globo. O alcance e a abrangência de um artigo *on-line* são, assim, incomensuravelmente maiores.

A revolução internética amplia e modifica grandemente os limites da liberdade. A ética – parte da filosofia tratando dos limites da liberdade – passa, assim, a ser uma questão de primeira ordem.

As questões éticas enfrentadas por editores não são nada simples e os comitês de ética têm, até agora, se pautado por examinar se as pesquisas apresentam risco de vida humana, animal ou vegetal e se o anonimato dos informantes está assegurado, quando outras questões, bem mais complexas, assolam os editores.

Assim, por exemplo, as noções de autoria e de coautoria têm sofrido grandes modificações e têm apresentado complexos problemas éticos para os editores. Como tratar a relação evidentemente desigual entre professor e estudante tanto na pesquisa como na publicação? Um trabalho escrito por estudante, sem a ativa intervenção do professor no texto, pode ser considerado de coautoria? O ambiente criado pelo professor é suficiente para permitir a coautoria de artigos escritos por estudantes? Frequentemente os projetos de iniciação científica servem para fornecer mão de obra para pesquisas de professores. A função primordial da Iniciação Científica – criar oportunidades para estudantes de graduação ingressarem no mundo científico, como pesquisadores – fica, assim, prejudicada. Em outras palavras, não há nem pensamento nem diretrizes de conduta tratando da relação professor/estudante de Iniciação Científica, definindo os limites da liberdade de um e de outro.

A concepção de autoria e de plágio, com o livre acesso às informações existente na Internet, modifica-se e coloca os editores diante de novos desafios. Os conflitos de interesses ideológicos, tecnológicos e financeiros ocorrem com grande frequência e quase sempre são de difícil resolução. O financiamento de pesquisas e de artigos por organizações com claros interesses extra-científicos é uma nova e poderosa realidade. Artigos escritos pela indústria são oferecidos a cientistas, que os publicam como autores, em troca de recompensas. Revistas “científicas” são criadas pela indústria, publicando artigos promovendo seus produtos. A fidedignidade de dados fornecidos por terceiros como, por exemplo, agências governamentais, indústrias, etc. precisam ser examinadas, analisadas e pensadas à luz da revolução internética. O campo da fraude aumentou consideravelmente com o crescente interesse do Estado e da indústria em legitimar o uso de produtos pela via científica. A acirrada competição profissional, publicar ou perecer, também contribui para a realização de práticas fraudulentas.

O editor de revistas científicas no Brasil enfrenta desafios relacionados às exigências de produtividade. Artigos são submetidos às revistas para satisfazerem índices de produtividade e não para atenderem o avanço do conhecimento científico. Como harmonizar essas demandas contraditórias?

As organizações norte-americanas e europeias dedicadas à ética da pesquisa científica e da publicação, como a *World Association of Medical Editors – WAME* (Associação Mundial de Editores Médicos) e o *Committee on Publication Ethics – COPE* (Comitê sobre Ética de Publicação) vêm, há alguns anos, se dedicando à ética e os debates realizados no âmbito dessas organizações têm avançado muito. Como elas são, na verdade, organizações internacionais, editores brasileiros podem se filiar a elas. Mas isso pode atrasar o pensamento sobre ética de pesquisa e publicação em nosso país. Seria muito interessante, pois, criar instâncias em que os problemas éticos sejam discutidos por editores, sem a finalidade de criar novas regras, ou seja, sem função deliberativa. Essas instâncias precisariam ser independentes de interesses constituídos, ou seja, seriam mantidas exclusivamente pelos editores.

Esse breve relato termina, então, com a seguinte observação: nos próximos anos, os problemas éticos de pesquisa e publicação ocuparão boa parte do trabalho de editores de revistas científicas e seria aconselhável se inserir nesse grande debate.

Editor of scientific journals: Narrative of an unfinished learning

Abstract: This article presents a narrative about the interminable learning process to be an editor of scientific journals. It seeks to give a name to a complex and long activity, transforming it in an experience, i. e., in knowledge. It concludes that, in the near future, ethical problems will take the major part of the editorial work and proposes that it would be good if editors could prepare themselves for this great debate.

Keywords: Science editors. Scientific journal. Living activity. Experience.

Éditeur de revues scientifiques: narrative d'un apprentissage permanent

Résumé: Cet article porte sur l'apprentissage permanent qu'entraîne la position de rédacteur en chef d'un journal scientifique et en décrit la trajectoire. Il cherche ainsi à mettre en mots une activité professionnelle longue et complexe, la transformant en expérience, soit en savoir socialement partagé. L'article conclut que dans les années à venir, les problèmes éthiques de la recherche et de la publication représenteront une grande partie du travail des éditeurs de revues scientifiques et qu'il serait avantageux de se préparer pour ce grand débat.

Mots-clés: Rédacteur en chef. Journal scientifique. Expérience.

Editor de revistas científicas: relato de un interminable proceso de aprendizaje

Resumen: Este artículo presenta un relato sobre el interminable proceso de aprendizaje para ser editor de revista científica y narra la trayectoria de esa formación. Busca así colocar en palabras una compleja y larga vivencia, transformándola en experiencia, o sea, en un conocimiento socialmente compartido. Concluye con la observación de que, en los próximos años, los problemas éticos de investigación y publicación ocuparán gran parte del trabajo de los editores de revistas científicas y sería muy bueno si estos se prepararan para ese gran debate.

Palabras clave: Editores científicos. Revista científica. Vivencias. Experiencia.

Manoel Tosta Berlinck, Sociólogo, psicanalista, Ph.D. (Cornell University, Ithaca, N.Y., USA), Professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, Campinas, SP/Brasil) (1972-1992); Professor do Departamento de Psicologia do Desenvolvimento da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP/Brasil); Professor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP/Brasil), onde dirige, desde 1992, o Laboratório de Psicopatologia Fundamental; presidente da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental – AUPPF (2002-2012); editor responsável da *Pulsional Revista de Psicanálise* (1987-2009) e da *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*; membro da World Association of Medical Editors – WAME (Associação Mundial de Editores Médicos); diretor da Livraria Pulsional – Centro de Psicanálise (1987-2009) e da Editora Escuta (1987-2009); autor de *Psicopatologia Fundamental* (2000) e de *Erotomania*, com German E. Berrios (2009), entre outros livros e numerosos artigos. Endereço para correspondência: Rua Tupi, 397, cj. 103. São Paulo, SP, Brasil. CEP: 01233-001. Endereço eletrônico: mtberlin@uol.com.br. Portal: <http://psicopatologiafundamental.org>

Recebido: 07/02/2011

Aceito: 21/03/2011